



CONCESSÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, IRRADIAÇÃO IONIZANTE E GRATIFICAÇÃO POR TRABALHOS COM RAIOS-X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS

Fundamentação Legal:

- ✚ Art. 61, inciso IV e art. 68 a 72 da Lei nº 8.112/90 (RJU);
- ✚ Art. 189 do Decreto-Lei nº. 5452/43 (CLT);
- ✚ Nota técnica nº 335/2012 CGNOR/DENOP/SEGEP/MP;
- ✚ Nota Informativa nº 273/2013 CGNOR/DENOP/SEGEP/MP;
- ✚ Orientação Normativa nº 111 de 27 de maio de 1991, SRH/MPOG;
- ✚ Portaria 3.214/1978 – (Dispõe sobre toda a matéria de Segurança e Medicina do Trabalho por meio de Normas Regulamentadora - NRs, conforme determina o Art. 190 da CLT);
- ✚ Orientação Normativa Nº 04 de 14 de fevereiro de 2017, SGP/MPOG (Estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas, e dá outras providências).

Informações Gerais:

- ✚ A caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, ou na hipótese do parágrafo único do art. 9º desta Orientação Normativa, dar-se-ão por meio de laudo técnico elaborado nos termos das Normas Regulamentadoras (NR) nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978. (art. 10 da Orientação Normativa nº 04 de 14 de fevereiro de 2017, SGP/MPOG) a ser emitido pelo Setor de Saúde e Segurança do Servidor;
- ✚ Em relação aos adicionais de insalubridade e periculosidade consideram-se (art. 9º da Orientação Normativa Nº 04 de 14 de fevereiro de 2017, SGP/MPOG):
  - I. Exposição eventual ou esporádica: aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas, como atribuição legal do seu cargo, por tempo inferior à metade da jornada de trabalho mensal;
  - II. Exposição habitual: aquela em que o servidor submete-se a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas como atribuição legal do seu cargo por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal;
  - III. Exposição permanente: aquela que é constante, durante toda a jornada laboral e prescrita como principal atividade do servidor;
- ✚ **Não geram direito** aos adicionais de insalubridade e periculosidade as atividades (art. 11 da Orientação Normativa Nº 04 de 14 de fevereiro de 2017, SGP/MPOG):
  - I - em que a exposição a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas seja eventual ou esporádica;
  - II - consideradas como atividades-meio ou de suporte, em que não há obrigatoriedade e habitualidade do contato;



**GOVERNO FEDERAL  
PODER EXECUTIVO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA  
SETOR DE SEGURANÇA E SAÚDE DO SERVIDOR**



- III - que são realizadas em local inadequado, em virtude de questões gerenciais ou por problemas organizacionais de outra ordem; e
- IV - em que o servidor ocupe função de chefia ou direção, com atribuição de comando administrativo, exceto quando respaldado por laudo técnico individual que comprove a exposição em caráter habitual ou permanente;
- ✚ **Não caracterizam situação para pagamento** do adicional de insalubridade em decorrência de exposição permanente ou habitual a agentes biológicos (art. 12, caput, parágrafo único da Orientação Normativa N°04 de 14 de fevereiro de 2013, SGP/MPOG):
- I - o contato com fungos, ácaros, bactérias e outros microorganismos presentes em documentos, livros, processos e similares, carpetes, cortinas e similares, sistemas de condicionamento de ar ou em instalações sanitárias;
- II - as atividades em que o servidor somente mantenha contato com pacientes em área de convivência e circulação, ainda que o servidor permaneça nesses locais; e
- III - as atividades em que o servidor manuseie objetos que não se enquadrem como veiculadores de secreções do paciente, ainda que sejam prontuários, receitas, vidros de remédio, recipientes fechados para exame de laboratório e documentos em geral;
- ✚ Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em **contato permanente** com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo (art. 68, da lei 8.112 de 11 de novembro de 1990).
- ✚ O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles (§1º do art.68, da lei 8.112/1990);
- ✚ **O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão (§2º do art.68, da lei 8.112/1990);**
- ✚ O adicional de insalubridade não se incorpora aos proventos da aposentadoria (ON n°111/91, SRH/MPOG);
- ✚ O pagamento do adicional de insalubridade compete ao órgão ou entidade no qual o servidor esteja em exercício, seja na condição de cedido ou requisitado e que neste local efetivamente trabalhe com habitualidade em locais insalubres e enquanto durar essa exposição, uma vez que é este que dá causa ao referido pagamento. (Nota técnica n° 335/2012 CGNOR/DENOP/SEGEP/MP).
- ✚ **Adicional de Periculosidade:** são consideradas atividades e operações perigosas com explosivos, com inflamáveis, com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, com energia elétrica, atividades perigosas em motocicleta, com radiações ionizantes ou substâncias radioativas, respeitando os limites e condições estabelecidas na NR 16;
- ✚ **Riscos Químicos:** Os citados nos anexos 11 a 13 da NR 15, podendo haver a necessidade de avaliação quantitativa;
- ✚ **Riscos Físicos:** Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom, respeitando os limites e condições estabelecidas nos anexos 1 a 10 da NR 15;



GOVERNO FEDERAL  
PODER EXECUTIVO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA  
SETOR DE SEGURANÇA E SAÚDE DO SERVIDOR



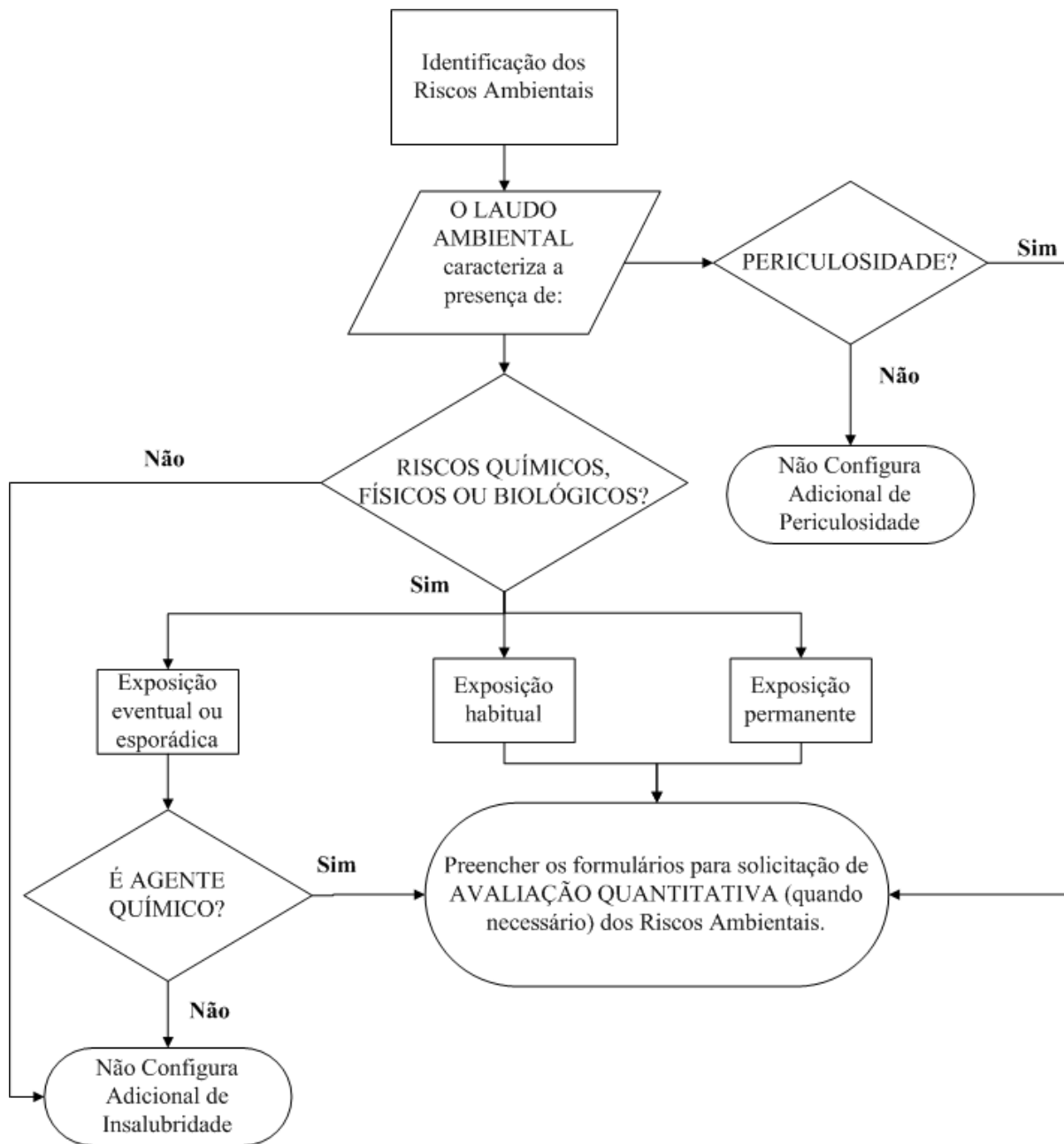
- ✚ **Riscos biológicos:** A atividade é considerada insalubre por avaliação qualitativa em que o trabalho ou operações ocorram em contato **permanente** nas condições listadas de acordo com o anexo 14 da NR 15;

**Exigência Documental:**

- ✚ Formulário para solicitação de adicional onde é descrito suas atividades, o ambiente de trabalho, a carga horária, o tempo de exposição ao risco, com a assinatura da chefia imediata atestando que as informações estão de acordo;
- ✚ Portaria de localização ou de exercício;
- ✚ PIT (Plano Individual de Trabalho), no caso de docentes.
- ✚ Ficha de descrição de atividades laborais com produto químico. No caso de setores com exposição a agentes químicos, em até 05 (cinco) fichas por setor (ex: laboratório).

**Procedimento:**

- ✚ Verificar junto a Direção do Campus a existência do **Laudo Técnico de Avaliação Ambiental (Insalubridade, Periculosidade, Irradiação Ionizante e Trabalhos com Raio-X ou Substâncias Radioativas)** elaborado pelo Setor de Segurança e Saúde do Servidor – SESS/CAQV. Caso exista, detectar no documento se há agentes ensejadores de insalubridade/periculosidade presentes no setor de lotação do servidor, conforme fluxograma abaixo.
- ✚ Caso exista a presença de risco químico, físico ou biológico, ou atividades perigosas, seguir orientações no fluxograma abaixo, realizando a abertura do processo de concessão de adicional de insalubridade com a documentação necessária, endereçado à DGP/CAQV/Reitoria. **A CAQV irá direcionar o processo ao Setor de Segurança e Saúde do Servidor – SESS (setor pertencente à CAQV- DGP);**



- ✚ A listagem de documentação necessária para abertura de pedido de concessão de adicional de insalubridade: Verificar o item Exigências documentais;
- ✚ O SESSS analisará o processo de acordo com o Laudo Técnico de Avaliação Ambiental e documentação apresentada pelo servidor;
- ✚ Caso a documentação esteja incompleta, o processo será reencaminhado à Direção Geral do Campus de origem para ciência do servidor, o qual deverá verificar as pendências e posteriormente enviá-lo novamente à CAQV;
- ✚ Caso a documentação esteja completa, o SESSS procederá à avaliação dos agentes ambientais (químicos, físicos e biológicos) e tempo de exposição aos riscos;
- ✚ Elaborar-se-á a o Laudo Técnico Individual nos termos das Normas Regulamentadoras e legislações vigentes referentes ao serviço público federal. Sendo necessária a avaliação



**GOVERNO FEDERAL  
PODER EXECUTIVO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA  
SETOR DE SEGURANÇA E SAÚDE DO SERVIDOR**



quantitativa de riscos físicos ou químicos, o SESSS informará os procedimentos a serem realizados para medição ou contratação de empresa terceirizada, conforme Art. 10, § 1º da ON Nº04 para aferição de exposição ocupacional acima dos limites de tolerância dos Anexos da NR15;

- ✚ Em caso de Laudo Técnico Individual desfavorável, o processo será encaminhado à Direção Geral do Campus de origem que irá dar ciência do resultado ao servidor e arquivar o processo;
- ✚ Em caso de Laudo Técnico Individual favorável, a Direção Geral do Campus de origem verificará se o servidor requerente encontra-se realmente em atividade no local avaliado, caso contrário deverá adotar as medidas administrativas necessárias a emissão de portaria de exercício do servidor, uma vez que este documento é essencial para a emissão de portaria de concessão do adicional;
- ✚ Após a devida instrução do processo com o Laudo Técnico Individual e a portaria de exercício do servidor, os autos serão remetidos à Diretoria Geral do Campus para expedição de portaria de concessão de adicional conforme estabelece o Art. 1º, IV, alínea “i” da Portaria nº. 794/2016/GAB. do IFPA, publicada em 13 de maio de 2016.
- ✚ Após a emissão de portaria de concessão a Diretoria Geral do Campus restituirá os autos a Coordenação de Gestão de Pessoas do próprio Campus para os registros necessários quanto ao pagamento do adicional e informação ao servidor.

**Observação 1:** A execução do pagamento do adicional somente será processada à vista de PORTARIA DE EXERCÍCIO, de PORTARIA DE CONCESSÃO DO ADICIONAL e do LAUDO TÉCNICO, cabendo ao Campus conferir a exatidão dos documentos antes de autorizar o pagamento.

**Observação 2:** Em caso de laudo técnico negativo a concessão do adicional, os autos retornarão à unidade de lotação para ciência do servidor e posterior arquivamento em pasta funcional.

**Observação 3:** Processos incompletos serão devolvidos à Unidade de origem.



Tramitação do Processo

